

A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável: notas para reflexão

*Leandro Dias de Oliveira**

Resumo

O Desenvolvimento Sustentável desponta atualmente como novo parâmetro de organização econômico-social para todos os países (centrais e periféricos), com base na proposta de uso racional dos recursos naturais para a satisfação das necessidades das gerações presente e futura. Este potente discurso, que vem reunindo inúmeros defensores, é uma ideologia, porque mantém a dominação de classe e a alienação, enxergando a Natureza como mercadoria.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, ideologia, alienação, natureza

Introdução

Introdução

As controvérsias sobre desenvolvimento sustentável costumam impingir, a inúmeros estudiosos, conclusões simplistas e implacáveis, que rapidamente se propagam, mas dificilmente atacam o cerne do problema. Isto porque a estratégia utilizada é discutir a “questão ambiental” como *percalço* do capitalismo, em que a criação de técnicas e dispositivos seria declarada como solução para esta questão. Estes dispositivos são paliativos claudicantes, por não atacarem com primazia as reais causas do exacerbado consumo da natureza.

Torna-se mister realizar considerações sobre o capitalismo, bem como elucidar sua apropriação da natureza como combustível, transformada em mercadoria e voltada para a obtenção de lucros. Objetivamos efetuar uma discussão crítica sobre as asserções que os ideólogos burgueses buscam propagar.

Mas, para profanar um conceito como o Desenvolvimento Sustentável, necessitamos trabalhar criticamente todo seu aparato de manifestação ideológica, que muitas vezes é esvaziado e transfigurado por aqueles que objetivam justamente que todos sigam, de forma hipnótica, a cartilha do pensamento dominante.

Um Breve Histórico do Desenvolvimento Sustentável

A idéia embrionária do conceito de Desenvolvimento Sustentável advém do pensamento conservacionista de Gifford Pinchot, nos Estados Unidos no século XIX (Diegues, 1996, p.29). O conservacionismo é uma concepção de uso adequado e criterioso dos recursos naturais, de forma racional, voltado para o benefício da “maioria dos cidadãos”. Pinchot trabalhava com a idéia de transformação da natureza em mercadoria, questionando somente o ritmo veloz da apropriação de seus recursos (Diegues, 1996).

O primeiro estudo que resgata estas idéias conservacionistas¹ e coloca definitivamente a destruição sistemática dos “recursos naturais” na pauta de discussões geopolíticas é o livro *Limites do Crescimento* (Meadows, 1973), efetuado por um grupo de estudiosos, entre cientistas, educadores, economistas e industriais, reunidos em Roma para estudar os “problemas da humanidade” e suas “consequências para o futuro” (Meadows, 1973).

O denominado Clube de Roma tinha como objetivo primordial trabalhar a problemática do aumento populacional e a pressão exercida por este crescimento na destruição dos ecossistemas e dos recursos não-renováveis (Lemos, 1991, p.4). Este estudo apontava como solução a busca do equilíbrio global – uma espécie de planejamento mundial para a manutenção do capitalismo com menor aridez de seus resultados humanos e ecológicos. A gênese do conceito de Desenvolvimento Sustentável já estava embutida em toda esta discussão, na busca por um “equilíbrio que fosse sustentável em um futuro longínquo” (Meadows, 1973, p. 162).

Sob a influência deste tom sombrio de *Limites do Crescimento*, que indicava um possível colapso da “(re) produção natural” e destacava a fome, a poluição e o crescimento demográfico como vilões da humanidade, ocorre a Primeira Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (1972), em Estocolmo (Suécia). A maior preocupação desta conferência era criar uma coalizão internacional “para conter a poluição em suas várias formas” (Evaso et al., 1992, p. 94), e ainda estimular os governos nacionais para a criação de “políticas ambientais” que evitassem o agravamento da degradação ambiental ou restaurassem os padrões de qualidade de água, ar e solo. Já os recursos não-renováveis deveriam “ser utilizados de forma a evitar que o perigo de seu esgotamento futuro e assegurar que toda a humanidade participe de tal uso” (Jungstedt, 1999, p. 7).

Esta discussão sobre o uso dos recursos naturais obedecia à lógica de manutenção da reprodução do capital, destacando-se o interesse de obstruir o crescimento dos países ditos subdesenvolvidos e estimulá-los a seguir a cartilha dos países mais poderosos.

Entretanto, mal acabara a conferência em que salientou-se a importância dos recursos naturais para a máquina capitalista, e ocorre um fato que era motivo de grandes preocupações para os países centrais um enfrentamento com países periféricos, através do que conhecemos como crise do petróleo.

O choque causado pelo aumento dos preços e pelo embargo árabe às exportações do petróleo ao Ocidente gerou uma crise de proporções gigantescas, pois debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais (Harvey, 1992, p. 136). O “choque do petróleo” foi o resultado da decisão da Opep de exigir valores mais elevados pelos recursos naturais de seus membros (Carvalho, 1997, p. 112). Esta decisão adicionava à balança de poderes centro/periferia uma nova intempérie na reprodução constante da relação internacional então existente: países periféricos não obedecendo o pacto de sustentação e expondo a máquina econômica capitalista à

perigosa falta da natureza-combustível. Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza como recurso; também ficava claro que uma gestão protocolar dos recursos naturais dos países periféricos era vital, para impedir choques decorrentes da falta de fornecimento dos recursos naturais pela periferia.

A crise do petróleo serviu para sufocar ainda mais o regime fordista (Harvey, 1992, p. 136), o que ocasionou, nas décadas seguintes, um boom industrial e tecnológico, obtido sem maiores preocupações ambientais. A técnica e a ciência continuaram a subjugar a natureza em prol de grandes lucros. Com a deficiência na profilaxia idealizada nas discussões da Conferência de Estocolmo, assistimos uma aceleração contínua de efeitos que retratam um processo incontestável de destruição ecológica: desertificação, efeito estufa, destruição da camada de ozônio, inversão térmica, desmatamento, poluição do ar, dos rios e mares, ameaças nucleares, lixo tóxico, enfim, a ascensão do discurso de *Apocalypse Now*, sob a denominação de Crise Ambiental.

O temor de que a destruição da reprodução capitalista fosse causada pelo esgotamento dos recursos naturais tornou-se, definitivamente, assunto de repercussão em discussões econômicas mundiais. Objetivando uma “solução” urgente para a “problemática” ambiental, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprova, em 1983, a criação de uma equipe para trabalhar esta questão, que recebe o nome de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com presidida primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Esta comissão publica o resultado de suas observações em 1987, sob o nome de Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland.

O Relatório Brundtland é o documento que elege definitivamente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1988, p. 46). Este estudo ressalta, entre outros, a necessidade de administrar o crescimento populacional e de controlar o esgotamento dos recursos. É sob a influência deste relatório que acontece a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a CNUMAD-92 (ECO-92), no Rio de Janeiro. A escolha recaiu sobre o Brasil, um país de industrialização tardia, propício pelo fato de ter um governo que seguia os pressupostos de uma economia liberal. Vale ressaltar o imenso patrimônio natural brasileiro: a Amazônia, indubitável fonte de riquezas, de pesquisa, de royalties e patentes, principalmente se imaginarmos a riqueza genética ainda não explorada.

A ECO-92 caracterizou-se pela celebração do Desenvolvimento Sustentável através, principalmente, de um documento chamado Agenda 21. A Agenda 21 é um receituário para acertos de ordem ecológica. Em sua retórica verifica-se, independentemente das contradições centro/periferia mundial, um mesmo patamar de estratégias para os diversos países do mundo.

A Agenda 21 é um compromisso político de cooperação para alcançar o desenvolvimento sustentável em todos os países do mundo. Entre suas estratégias principais, estão a promoção do desenvolvimento sustentável através do comércio e a oferta de recursos financeiros suficientes aos países em desenvolvimento (capítulo 2); a conservação da diversidade biológica (capítulo 15); o fortalecimento da base científica para o manejo sustentável (capítulo 35); e a promoção do ensino, a conscientização e o treinamento para a melhor execução do Desenvolvimento Sustentável (capítulo 36).

A Agenda 21 é a grande bíblia para implantar o Desenvolvimento Sustentável. Oferece um verdadeiro plano de metas gerais para serem cumpridas religiosamente por todos os “interessados” em alcançá-lo. Influindo em diversas áreas e criando políticas diretas bastante abrangentes, tudo passa a ser refletido segundo sua “sustentabilidade”: “agricultura sustentável”, “dinâmica demográfica sustentável”, “padrões de consumo sustentável”, “sustentabilidade do produto”, entre outros. A impregnação da “sustentabilidade” em toda a política econômica e social mostra o claro interesse em contaminar a todos com este ideal e com a carga de convicções que contém.

Assim, entendemos que a ECO-92 foi uma tentativa de ajuste dos mais diversos problemas ambientais visando à manutenção da relação centro-periferia, e também à adaptação do capitalismo às possíveis dificuldades da regulação e extinção dos recursos naturais fundamentais à reprodução do capital.

Desenvolvimento Sustentável: a manutenção da alienação

Sabemos que a riqueza, no Modo de Produção Capitalista, baseia-se na produção de mercadorias, no seu valor-de-troca, devidamente enriquecido pelo tempo de trabalho socialmente necessário (Engels, 1977, p. 61). A transformação do dinheiro (medida para troca) em capital ocorre mediante a fórmula geral $D - M - D'$, que acaba sendo a gênese da ocorrência do capital, pois o mecanismo torna-se (um processo permanente) de acumulação. A mais-valia é a riqueza retirada, de forma alienada, sobre o trabalho humano – que também se transforma em mercadoria – e passa a ser considerado trabalho abstrato (sem consciência do valor real).

A absorção da mais-valia sobre o trabalho humano reflete-se também sobre a natureza, com a expansão glo-

bal de sua apropriação em prol do valor-de-troca. O capital busca recursos na superfície do solo, transformando a natureza num meio universal de produção (Smith, 1988, p. 88).

Isto ocorre porque o capitalismo se baseia na dicotomia Homem-Natureza, e na posição de destaque do Homem (o capitalista) como detentor do direito de dominação da natureza (ver Gonçalves, 2000, p. 34). Porém, acreditamos que o Homem faz parte da Natureza, e assim devemos enxergá-lo. Homem e Natureza são indissociáveis; sua capacidade de produção material não o possibilita governabilidade sobre a Natureza. Não há como dominá-la porque, segundo Marx, “o homem é uma parte da natureza” (2001, p. 116).

E o trabalho é a inexpugnável forma de relação do Homem com a Natureza. O trabalho, como produção de coisas úteis para preenchimento das necessidades humanas (Smith, 1988, p. 78), e também o aprofundamento dos laços entre os integrantes da sociedade através da cooperação (Engels, 1978, p. 175), é o “centro das relações entre os seres humanos e natureza” (Smith, 1988, p. 68). O trabalho é a coroação do Homem como Natureza, em uma relação que traz modificações na Natureza e no trabalhador. O trabalho nega a separação do Homem e da Natureza – ele prova que esta relação é orgânica, dinâmica e natural/social.

Assim, a Natureza é um processo de produção de novas formas materiais, e múltipla em formas e movimentos (mecânico, químico, biológico e social), em um mundo que ora é equilíbrio, ora desequilíbrio (Moreira, 1993, p. 37). E o trabalho é a força motivadora do que Marx denominou metabolismo ou interação metabólica (Smith, 1988, p.71). Este metabolismo entre os homens e a natureza é o processo “pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores-de-uso para a natureza” (Smith: 1988, p. 72). Com um conceito orgânico como o metabolismo, definitivamente Marx abolia qualquer tentativa de separação entre Homem e Natureza. O Homem não domina a Natureza, mas produz através do trabalho como interação metabólica com ela.

O capitalismo representa a destruição desta interação. Sob seus auspícios, o homem não mais reconhece seu trabalho, e este não mais serve para satisfação de suas necessidades. O trabalhador perde a consciência de seu trabalho; não reconhece sua importância e passa a enxergá-lo como um pesado fardo ao longo de sua existência.

No capitalismo, “o trabalho é uma mercadoria” (Marx, 2001, p. 77). Segundo este modelo econômico, tudo e todos são mercadorias. Aplica-se um valor de troca nos seres humanos, em seu trabalho e na natureza. O capitalismo aliena os trabalhadores, a natureza e o trabalho como interação entre ambos.

O trabalho deixa de ser interação e passa a ser alienação. Segundo Marx, no capitalismo, o trabalho é exterior ao trabalhador, não é voluntário, mas imposto. Sendo trabalho forçado, não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades; o trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista (Marx, 2001, p. 114).

E a exploração pelo capitalista é uma progressão veloz, procurando sempre a apropriação de maiores lucros com a alienação do trabalho. É uma necessidade intrínseca ao capital o constante crescimento, o aumento da obtenção de lucros e a exploração máxima do trabalho humano.

O sistema capitalista, de forma alguma, se preocupa com as necessidades humanas, relegando-as ao salário obtido mediante a venda da força de trabalho. O salário, muitas vezes, não é suficiente sequer para as necessidades básicas e vitais como alimentação, vestuário ou moradia; e o trabalhador, alienado, não percebe que a riqueza do capitalista emana de seu esforço diário, e agradece por ter conseguido a possibilidade de estar empregado. Marx é enfático, quando observa que “a necessidade do dinheiro constitui (...) a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz” (Marx, 2001, p. 149).

Desta forma, como realça Smith, a apropriação da natureza pelo capitalismo é voltada para o lucro e não para as necessidades em geral. Assim, “o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza” (Smith, 1988, p. 88).

Podemos discutir o real consumo exacerbado da natureza e a problemática denominada Questão Ambiental. Costuma-se defini-la como a relação conflituosa entre sociedade e natureza, e particularmente, “a ênfase dada na mídia às questões relativas à destruição das espécies, à Camada de Ozônio, ao Efeito Estufa, em síntese, a problemas que põem em risco a sobrevivência do planeta” (Gonçalves, 1992, p. 61).

Os “ideólogos” capitalistas enxergam a Questão Ambiental como um problema de ordem técnica, que, a partir de novos inventos tecnológicos, será possível contornar. Vêm sua reversibilidade na constituição de aparatos não-poluentes ou filtrantes, na reprodução de espécies em cativeiro, e ainda, na “cientificação ecológica” das decisões econômicas. Acreditam na “capacidade redentora da técnica” (Gonçalves, 1992, p. 61) e, arrogantemente, imaginam um controle real da natureza.

Na verdade, o componente tecnológico representa um paliativo que de forma alguma irá sancionar uma nova forma de apropriação da natureza, pois, sob a ditadura do capital, torna-se impossível uma interação metabólica

entre Homem e Natureza. O trabalho se torna um cativo (Moreira, 1985, p. 83), onde o objetivo fundamental será sempre a conquista e a reprodução de maiores lucros. Qualquer política será um ajuste, pequeno ou grande, mas que não atingirá o cerne do problema: a alienação da natureza.

O capitalista, na busca por maiores riquezas, se volta contra a natureza, enxergando-a como matéria-prima de seu enriquecimento. O trabalho de seus “empregados” não promove a interação, pois é alienado. Não transforma a natureza em busca da satisfação de suas necessidades, mas para conquistar maiores lucros na mão do empregador. As necessidades do trabalhador lhe são estranhas, pois ele só consegue enxergar a necessidade do dinheiro.

E a necessidade do dinheiro cria um corrente constante de apropriação da natureza. Quanto mais o capitalista puder explorar, mais dinheiro conseguirá. Não há como modificar esta asserção. Mesmo com maior reutilização ou reaproveitamento, ou com obsessivo zelo para evitar o desperdício, o equilíbrio da exploração representará a estagnação do lucro. É imponente o que o crescimento da arrecadação de lucros depende do aumento (mesmo controlado) da exploração dos “recursos” naturais.

E é enxergando a natureza como recurso para obtenção de lucros que o capitalista pretende reproduzi-la. Tornou-se necessário, para a saúde do modo de produção capitalista, selecionar os recursos naturais essenciais para a reprodução do capital e então multiplicá-los, ou conservá-los – ou ainda protegê-los; fazer uma escolha criteriosa do que é fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento capitalista, e fomentar todo um aparato para que proficuamente se mantenha inesgotável. O que não for possível proteger e esgotar-se, que seja substituído por algo mais abundante, com as devidas correções tecnológicas.

Assim, a mudança de ordem técnica mantém a alienação da natureza e sua amarração ao capital. Não se vai mudar a relação da sociedade com a natureza, mantendo-se expropriadora; se vai buscar um paliativo para os efeitos da produção capitalista, permanecendo a mesma relação em que os capitalistas são os responsáveis pela velocidade do consumo da natureza.

Ideologia: a “máscara” da realidade

A necessidade maior da ideologia é ocultar a realidade da luta de classes, fazendo com que as idéias dominantes pareçam verdadeiras (Chauí, 1982, p. 87). Isto porque, a burguesia, como classe dominante, necessita não somente do controle das relações materiais, mas também da dominação da produção intelectual, instrumentalizado a com seus mecanismos de propagação.

A ideologia promove uma barreira à classe revolucionária, por ocultar a luta de classes e ainda colocar em prática os ideais dominantes com a ajuda da classe dominada. Isto ocorre devido à alienação, em que muitas vezes são cooptados mesmo os que lutam por mudanças. Desconhecendo a história real, estes acabam assimilando os interesses dos dominantes.

Então, o Desenvolvimento Sustentável é o que podemos denominar Ideologia. Enxergamos ideologia como uma consciência falsa da realidade, que serve para mascarar as contradições da luta de classes, mantendo esta dominação, e fazendo com que a classe dominada não perceba que esta ideologia tem sua gênese na classe dominante.

Já percebemos que o Desenvolvimento Sustentável representa, principalmente, dois objetivos centrais: (1) a manutenção da reprodução do capitalismo e sua consolidação global no controle da natureza enquanto recurso e (2) a manutenção da pressão centro/periferia através da gestão dos recursos naturais dos “países dependentes”. Logo, não estamos diante de uma proposta alternativa, pois o desenvolvimento sustentável significa um ajuste da ordem vigente, sem que se ataquem os pilares da conjuntura hegemônica atual. O Desenvolvimento Sustentável atende aos anseios da classe dominante, pois mantém o sistema atual e as disposições em vigor.

Mas esta Ideologia do Desenvolvimento Sustentável fica disfarçada mediante um potente discurso de “Proteção à Natureza”, com a aparência de “bula para salvação do mundo”, que confere uma ilusão de um discurso menos agressor para com o domínio do homem sobre a natureza.

Ao absorver inclusive as classes dominadas, a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável configura-se como um mecanismo de dominação. Descaracteriza a luta de classes e incute uma fantasia de que os dogmas propostos são universais. Com esta plataforma bem alicerçada, hoje, dificilmente se permanece imune aos seus reflexos. A Ideologia atinge o seu grande objetivo quando torna-se, indubitavelmente, senso comum.

Considerações Finais

O Desenvolvimento Sustentável não está comprometido com a satisfação das necessidades humanas presentes ou futuras, mas sim com as do capital. Lutar pela implementação do Desenvolvimento Sustentável é acatar da bula imposta pela classe dominante. É trabalhar pela sustentabilidade do status quo.

Notas

* Professor formado pelo curso de Licenciatura Plena em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar a importância do movimento ecológico em ajudar a colocar em pauta nas discussões geopolíticas a proteção ao “meio ambiente”. Porém, percebemos que as idéias conservacionistas estudadas são originariamente burguesas, tendo como objetivo primordial um “ajuste” ecológico da ordem dominante, com a manutenção dos estoques dos recursos naturais para reprodução do capital.

Referências Bibliográficas

BRUNDTLAND, Gro H. *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1988. Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CARVALHO, Pompeu F. A Questão Ambiental Demandando uma Nova Ordem Mundial. In: SOUZA, M. A., SANTOS, M., SCARLATO, F. C. & ARROYO, M. (Orgs.) *O Novo Mapa do Mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 111-118.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

ENGELS, Friedrich. *Sobre O Capital de Marx*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. *Dialéctica da Natureza*. Lisboa: Presença, 1978.

EVASO, A. S.; BITTENCOURT Jr., C.; VITIELLO, M. A.; NOGUEIRA, S. M. & RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? *Terra Livre*, n. 11-12. São Paulo: AGB, p. 91-101, 1992.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável*. *Terra Livre*, n. 11-12. São Paulo: AGB, 1992, p. 9-76.

_____. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 2000.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

JUNGSTEDT, Luiz O. C. *Direito Ambiental*. Rio de Janeiro: THEX, 1999.

LE MOS, Haroldo M. de. O Homem e o Meio Ambiente In: *Anais do Fórum Universidade e o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Fundação MUDES, 1991, p. 3-11. [Realização: UFF]

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEADOWS, Dennis L. *Limites do Crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O Círculo e a Espiral: a crise paradigmática do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Obra Aberta, 1993.